



# Prefeitura Municipal de Castro

CÂMARA MUNICIPAL

Secretaria

Protocolado Sob Nº

55

Em 11 de 02

de 20 22

PROJETO DE LEI Nº 05 /2021

Às 13:30 hs. Ass.

**Súmula:** Altera disposições da Lei nº 3.410/2017.

**Art. 1º.** O artigo 3º da Lei nº 3.410/2017 passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Art. 3º.** A concessão de diária fica condicionada à existência de dotação orçamentária e disponibilidade financeira de cada órgão ou entidade e está limitada a 15 (quinze) por mês, salvo determinação expressa e justificada do chefe imediato, com anuência do Secretário da Pasta”.

**Art. 2º.** O Artigo 5º da Lei nº 3.410/2017 passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Art. 5º.** O valor das diárias será atualizado, com periodicidade não inferior a um ano, através de Decreto a ser emitido pelo Executivo Municipal.”

**Art. 3º.** O Parágrafo Único do artigo 11 da Lei nº 3.410/2017 passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Parágrafo único.** São consideradas despesas de pronto pagamento, observado o limite previsto no art. 14 desta Lei, aquelas em que a abertura de processo licitatório ou de sua dispensa em razão do valor mostre-se inviável ou antieconômica, e que não caracterize fracionamento, em especial:

- I. aquisição excepcional de bens, equipamentos e material de consumo;
- II. pagamento de reparos em bens públicos;
- III. Aquisição de combustível e realização de reparos em veículos pertencentes ao patrimônio público, quando em deslocamento fora do Município;
- IV. custeio de transporte, hospedagem e alimentação durante deslocamento em viagens;
- V. despesas que tenham que ser efetuadas em lugar distante da sede do Município;
- VI. despesas extraordinárias e urgentes, cuja realização não permita demora;



# Prefeitura Municipal de Castro

VII. outras despesas de baixo valor e pronto pagamento, tais como: pequenos consertos; aquisição avulsa de livros, revistas e outras publicações; artigos de escritório para uso ou consumo próximo ou imediato; artigos farmacêuticos ou de laboratório, em quantidade restrita, para uso ou consumo próximo ou imediato; outra despesa qualquer, de pequeno vulto e de necessidade imediata, desde que devidamente justificada.

**Art. 4º.** O artigo 14 da Lei nº 3.410/2017 passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Art. 14.** O valor máximo por despesa efetuada por meio do regime de adiantamento equivale ao definido como o limite para pequenas compras ou prestação de serviços de pronto pagamento, no artigo 95, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021.”

**Art. 5º.** O Parágrafo Primeiro do Artigo 19 da Lei nº 3.410/2017 passa a vigorar com a seguinte redação:

**“§ 1º.** Caso não sejam apresentados os comprovantes a que se refere o *caput*, o servidor estará sujeito ao desconto do respectivo valor em folha de pagamento, sem prejuízo de processo administrativo disciplinar e outras sanções legais e regulamentares.”

**Art. 6º.** O Anexo Único da Lei 3.410/2017 passa a vigorar com a redação dada pelo Anexo Único da presente Lei.

**Art. 7º.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Castro, em 13 de dezembro de 2021.

**MOACYR ELIAS FADEL JUNIOR**  
PREFEITO MUNICIPAL



# Prefeitura Municipal de Castro

## ANEXO ÚNICO

### VALORES DAS DIÁRIAS E DESPESAS EQUIVALENTES

Autoridade/Servidor	Diárias com Pernoite	Diárias sem Pernoite
Prefeito	R\$ 740,00	R\$ 370,00
Chefe de Gabinete, Procurador Geral do Município e Secretários Municipais	R\$ 430,00	R\$ 185,00
Demais Servidores	R\$ 185,00	R\$ 70,00





# Prefeitura Municipal de Castro

## JUSTIFICATIVA AO PROJETO DE LEI QUE ALTERA DISPOSIÇÕES DA LEI Nº 3.410/2017

Senhores Vereadores,

O presente Projeto de Lei visa alterar disposições da Lei Municipal nº 3.410/2017, que dispõe sobre a concessão de diárias e adiantamentos, com o fim de proporcionar maior controle no empenho de tais recursos.

De início, as alterações propostas dizem respeito à limitação do número de diárias mensais, com a possibilidade de sua extrapolação apenas em casos excepcionais.

Também é prevista a possibilidade de atualização dos valores, mediante Decreto. Nesse sentido, o *Anexo Único* atualiza os valores já constantes da norma original, mediante correção pelo INPC. Para os demais anos, caso se verifique a necessidade, o Executivo fixará novos valores, conforme a realidade econômica e os preços de mercado.

Nesse mesmo anexo, eliminam-se as “modalidades” previstas na legislação anterior, a fim de simplificar o procedimento, mantendo distinções somente em relação aos cargos e à existência ou não de pernoite no deslocamento.

A proposta pretende ainda definir, com maior detalhamento, o que se entende por despesas de pequeno vulto, passíveis de pronto pagamento, em razão da insuficiência dessa descrição na norma anterior, o que vinha causando dúvidas quanto à possibilidade de adiantamento em determinadas situações. No mesmo passo, atualiza-se o valor com fundamento na nova Lei de Licitações – Lei nº 14.133/2021.

Por fim, o projeto autoriza o desconto em folha de pagamento de valores não comprovados, o que visa ao pronto ressarcimento do erário nesses casos.

Pelo exposto, verificado o interesse público consistente no aprimoramento dos procedimentos de concessão de diárias e adiantamentos, necessários ao bom e regular funcionamento da Administração Pública, espera-se a aprovação do presente Projeto de Lei na forma em que se encontra.

Edifício da Prefeitura Municipal de Castro, em 13 de dezembro de 2021.

**MOACYR ELIAS FADEL JUNIOR**  
**PREFEITO MUNICIPAL**